



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**LEI Nº 1.014, DE 07 DE MARÇO DE 2022**

Publicado no DOM/AMUNES,  
no dia 08/03/2022, na(s)  
página(s) 252, Edição nº.  
1.972.

**DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA  
LEI 108/1999 E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL** de São Roque do Canaã, Estado do Espírito Santo; no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do Art. 57 da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Ficam incluídos os Art. 31-A, 31-B e 31-C na Lei nº 108, de 22 de junho de 1999, com as seguintes redações:

**“Art. 31-A.** Aos membros do Conselho Tutelar, no efetivo exercício de suas funções, será concedido Auxílio alimentação, de natureza indenizatória.

§ 1º. O Auxílio Alimentação será concedido ao servidor mediante o fornecimento de cartão magnético com recarga mensal de créditos, hábil à aquisição exclusiva de gênero alimentício, através de celebração de contrato/convênio, devidamente licitado, com empresa especializada, conveniada junto ao Programa de Alimentação ao Trabalhador - PAT.

§ 2º. O valor do auxílio alimentação de que trata o *caput* deste artigo e sua recarga mensal será no mesmo valor concedido aos servidores Municipais.

§ 3º. A O auxílio alimentação será concedido em dobro, uma vez ao ano, no mês do aniversário do membro Conselheiro Tutelar, no efetivo exercício de suas funções.”

**“Art. 31-B.** O cartão magnético do auxílio alimentação de que trata o art.31-A, não será recarregado em virtude de Licenças a qualquer título e/ou faltas ao serviço não justificadas.”

**“Art. 31-C.** O auxílio alimentação de que trata o art.31-A, não terá incidência quanto ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS e Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, bem como não será incluído na base de cálculo para a apuração da despesa com pessoal de que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal, e

I - não tem caráter remuneratório;

II - não será incorporado a remuneração do Conselheiro Tutelar, e



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

III - poderá ser revogado a qualquer tempo por interesse da Administração Pública Municipal.”

**Art. 2º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º.** Revogam-se as disposições em contrário

São Roque do Canaã/ES, 07 de março de 2022.

**MARCOS GERALDO GUERRA**  
Prefeito Municipal